



Estabilidade da moeda, uma conquista tucana

Síntese: Neste 1º de julho o Plano Real completou 15 anos. Ele foi a oitava tentativa de derrubar a hiperinflação no país, e a única a dar certo. Deixamos de conviver com índices anuais que chegavam a quatro dígitos para, ano após ano, perseguir e alcançar metas civilizadas de inflação. A estabilidade foi o ponto de partida de uma agenda de reformas lançada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para modernizar o país. A ela seguiram-se a reestruturação das dívidas estaduais, a responsabilidade fiscal, as privatizações, a regulação de mercado. O nova feição do Brasil que daí surgiu equivale a uma revolução cultural, que o PSDB orgulha-se de ter realizado.

No último dia 1º de julho completaram-se 15 anos do início de uma revolução na sociedade brasileira. Nesta data, em 1994, ainda durante o governo Itamar Franco, foi lançado o Plano Real. Era a oitava tentativa de estabilização no país desde a redemocratização, uma década antes; todas haviam fracassado. No ano anterior, a inflação medida pelo INPC atingira 2.489%, o que equivalia a uma média mensal de 30%.

O Real tirou o país da beira do abismo da hiperinflação. Desde então, o Brasil passou a conviver com índices próximos aos de países desenvolvidos. A partir de 1995, em apenas três anos a inflação alcançou mais de um dígito. Hoje os brasileiros convivem com médias anuais que, uma década e meia atrás, equivaliam às remarcações de preços feitas em menos de uma semana: pela sétimo vez consecutiva, perseguiremos até 2011 uma meta anual de 4,5%.

O real começou a ser implementado quando Fernando Henrique Cardoso, então chanceler brasileiro, assumiu o Ministério da Fazenda, em maio de 1993. Ele era o quarto ministro do governo Itamar e, desde o início, deixou claro qual seria sua meta: estabilizar a nossa moeda. Parecia miragem. Àquela altura, circulava o cruzeiro, nosso oitavo padrão monetário. Entre ele e o real, ainda haveria o cruzeiro real, que sobreviveu por 334 dias.

O fim da hiperinflação

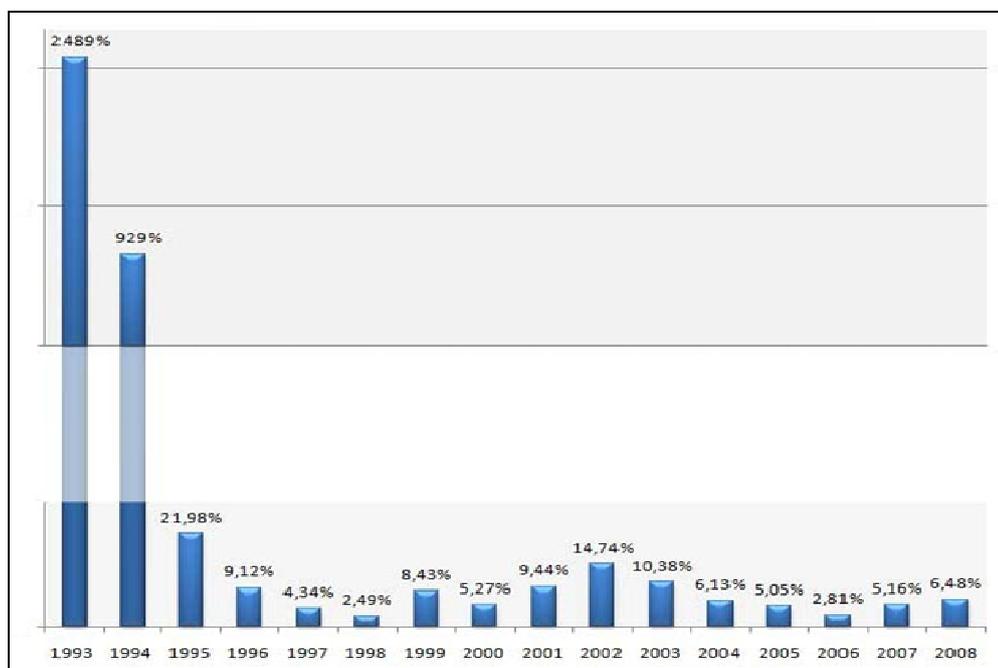
A estabilização começou a ser estruturada em junho de 1993, por meio do PAI (Programa de Ação Imediata). O processo hiperinflacionário transformara os orçamentos públicos em meras peças de ficção. Para trazê-los de volta à realidade, era preciso fazer um duro ajuste nas contas públicas; com o PAI, os gastos em todos os níveis de governo foram cortados em 2,5%. Foi a primeira tentativa séria de ajuste fiscal e uma pré-condição para a estabilidade da moeda.

O passo seguinte foi urdir o mecanismo que poria fim à indexação, bola de neve pela qual a inflação passada contaminava a inflação corrente. O grupo de formuladores que FHC montou à sua volta, com destaque para André Lara Resende, Pérsio Arida e Edmar Bacha, viu na criação da URV (Unidade Real de Valor) a forma de fazer a transição para o novo padrão monetário sem incorrer

em congelamentos, por meio de um criativo mecanismo de preservação dos preços relativos.

Paralelo a isso, já com a nova moeda, o real, circulando, o câmbio atuou como âncora e ajudou a segurar os preços. A inflação tombou: caiu de quase 1.000% em 1994 para 22% no exercício seguinte e daí para a casa de um dígito pelos seis anos posteriores. A tão sonhada estabilidade monetária estava, enfim, conquistada.

Inflação anual no Brasil (INPC)



Fonte: IBGE.

Responsabilidade fiscal

Desde o início, o Plano Real foi concebido para ser a primeira etapa de uma obra em progresso. Seu objetivo era conquistar a estabilidade, e esta sim seria o ponto de partida para a reorganização do Estado brasileiro, que a hiperinflação tornara absolutamente caótico. A gestão tucana cuidou, então, de dar os passos seguintes e pôs em prática uma agenda de reformas estruturais.

O próximo alvo foi a reestruturação da dívida dos estados (25 aderiram) entre 1997 e 1998. Era uma forma de dar aos governantes estaduais melhores condições de servir a população. A renegociação dos passivos estaduais alcançou a cifra de R\$ 102 bilhões, ou o correspondente a espantosos 11% do PIB da época.

A revolução silenciosa, progressiva desembocaria depois na edição da Lei de Responsabilidade Fiscal – contra a qual todo o PT, incluindo vários parlamentares que depois viriam a ser ministros de Estado, votou no Congresso. Antes, porém, foram adotados no país os dois sistemas que até hoje formam, junto com a LRF, o tripé que dá suporte à nossa economia: o regime de metas de inflação e o câmbio flutuante, ambos a partir de 1999. Com estes mecanismos, o governo Fernando Henrique forjou o sólido arcabouço institucional que permitiria ao país voltar a crescer.

Revolução cultural

Mas a reestruturação também envolvia redefinição da participação do Estado na economia, que, até os anos 90, ainda era bastante acentuada. O câmbio valorizado impulsionou a liberalização comercial, que elevou a competição no mercado interno e permitiu absorção de novas tecnologias pelo parque produtivo nacional. E o processo de privatização abriu espaço para fortalecimento e criação de novas empresas nacionais, muitas delas com fôlego para disputar o mercado global daí em diante.

Desde o início dos anos 90 até 2002, quando o processo foi suspenso pelo governo Lula, a venda de estatais rendeu US\$ 87 bilhões aos cofres públicos. Além disso, US\$ 18 bilhões em dívidas passaram a mãos privadas. Quase metade das operações ocorreu entre 1997 e 1998, com participação significativa de investidores estrangeiros. Um dos emblemas do sucesso da privatização é o setor de telecomunicações, com a universalização de serviços que, até então, eram privilégio de endinheirados: hoje, para cada habitante há uma linha telefônica.

Igualmente importante para a transformação do país de uma economia fechada e restrita num parque moderno e competitivo, foi a abertura do setor de petróleo à competição, com a quebra do monopólio da Petrobras em 1997. Com a mudança, a contribuição do setor para a formação do PIB multiplicou-se por quatro, atingindo hoje cerca de 10%.

Mas, pela cartilha social-democrata, o Estado não poderia simplesmente afastar-se da produção e deixá-la à mercê dos agentes privados. Era preciso ordenar o mercado, a fim de garantir a prestação de serviços de qualidade e o respeito aos direitos dos consumidores. Foram, então, criadas as agências reguladoras. O processo começou com a Aneel (energia elétrica) em 1997; mais oito viriam até o fim da gestão FHC – o governo Lula só criou a Anac.

Todas estas medidas, vistas em conjunto, mostram como a feição do país foi redesenhada nos anos Fernando Henrique. O Plano Real não foi somente uma mudança de moeda. Foi o início de uma verdadeira revolução cultural que reconfigurou o país. E não apenas em termos econômicos. A estabilidade da moeda restituiu às pessoas referências de valor que a inflação corroera. Mas, mais que isso, descortinou a possibilidade de sonhar o futuro – e de planejar como chegar lá. A estabilidade nasceu com o governo do PSDB e isto ninguém tira dos tucanos, por mais que o ilusionismo petista faça de tudo para turvar a história, aprisionando-a num eterno presente.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela. Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#).

Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail: itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br